



Tribunal de Contas

Secção Regional da Madeira

Gabinete da Juíza Conselheira

Leis

Sentença nº 27/2015

Nota Prévia:

Neste processo foi proferida a sentença de fls 61/ss, e, dela, pelo Ministério Público, foi interposto recurso para o Tribunal Constitucional.

Por se tratar de questão já decidida pelo Tribunal Constitucional em recursos da mesma matéria, veio a ser produzida, ao abrigo do disposto no artº 78º-A, nº 1 da LTC, a Decisão Sumária nº 109/2015, de 11 de Fevereiro de 2015 que acolheu a jurisprudência proferida no Ac. nº 856/2014, da 1ª. Secção do Tribunal Constitucional, disponível em www.tribunalconstitucional.pt. e afirmou a declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral constante do Acórdão nº 801/14, do Tribunal Constitucional.

No que agora interessa, decidiu-se:

(...)

d) Não julgar inconstitucionais as normas constantes dos artigos º, 77º, nº. 4, e 78º, nº 4, , da LOPTC, e no artº 76º do Regulamento Geral do Tribunal de Contas, ambos na sua atual redação, na parte em que conferem ao mesmo juiz a iniciativa de acusar, instruir e sentenciar os processos de aplicação de multa a que se refere o art.º 66º da LOPTC;

e) Não julgar inconstitucional a norma do artº 76º do Regulamento Geral do Tribunal de Contas, na sua atual redação;

f) Por conseguinte....determinando a reformulação da decisão recorrida em conformidade com os juízos de não inconstitucionalidade constantes das alíneas d) e e) da parte decisória» (cfr Decisão Sumária nº 109/2015, de 11 de Fevereiro, a fls 110/113).

*

Segue **DECISÃO**:

*

Nestes autos de aplicação de multa nos termos do art.º 66º, 1, c) da LOPTC, é demandada MARIA DO CARMO HOMEM COSTA DE ALMEIDA, deputada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.



Tribunal de Contas

Secção Regional da Madeira

Gabinete da Juíza Conselheira

A infração imputada resultou da não entrega dos elementos que o Tribunal lhe solicitou pelos ofícios n.ºs 886, de 15/4/2013 e 1524, de 14/6/2013, sem que apresentasse justificação procedente.

Em devido tempo, pronunciou-se ela sobre a matéria da infração (neste particular será considerada, apenas, a matéria não decidida pelo Tribunal Constitucional), esclarecendo:

- Ter um cargo exclusivamente político e não ser “contável” por não ter, nem nunca ter tido a seu cargo a gestão dos dinheiros públicos em causa;
- Que enquanto deputada, e diante dos factos que lhe são imputados, não poder ser demanda sem prévio levantamento da imunidade, nos termos do art.º 23.º do EPARAM;
- Não ter sido cumprido o contraditório.

O Tribunal é o competente (art.ºs 202.º e 214.º da CRP e 1.º n.º 1, 58.º, n.º 4 e 78.º, n.º 4, alínea e) da LOPTC.

Não existem exceções, nulidades ou questões prévias que compita apreciar.

O processo está instruído com a resposta do demandado e com os elementos probatórios necessários à decisão.

Da análise da prova se extrai o facto fundamental e decisivo:

MARIA DO CARMO HOMEM COSTA DE ALMEIDA, deputada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, na sequência de notificação nesse sentido, não remeteu ao Tribunal a documentação comprovativa da aplicação concreta dada às quantias recebidas da Assembleia Legislativa em 2008, 2009 e 2010, a título de subvenção; não identificou os responsáveis diretos pela movimentação dessas quantias; não identificou as contas bancárias e respetivos titulares, para as quais a ALM havia transferido as verbas; não remeteu os documentos comprovativos dos saldos às datas de 1/1/2008, 31/12/2009 e 31/12/2010 e não apresentou qualquer justificação.



Tribunal de Contas

Secção Regional da Madeira

Gabinete da Juíza Conselheira

Em abstrato, este procedimento consubstancia infração punida com multa, como resulta do art.º 66º, n.º 1, c), em devida conjugação com as normas do n.º 2 do art.º 66º, 77º, n.º 4, 78º, n.º 4, e), e 104º, c) da LOPTC e 76º do Regulamento Geral do Tribunal de Contas.

Esta multa é de carácter processual, destinando-se a sancionar o incumprimento do dever de colaboração com o Tribunal, sendo meramente instrumental do processo principal, por visar, em primeira linha, a concretização do referido dever de colaboração com o tribunal.

A graduação da multa é feita em função do dolo ou da negligência que tenham sido postos no cometimento da infração.

Na descrita factualidade - não apresentação de elementos, nem de justificação - a questão primordial e única, é a de saber se a demandada, enquanto deputada da Assembleia Legislativa Regional tinha (ou tem) o dever jurídico de diligenciar pela remessa dos documentos solicitados e, conseqüentemente, ser sancionada pelo incumprimento do dever de colaboração com o tribunal.

Sobre a qualidade em que estava investida (deputada da Assembleia Legislativa Regional) não há qualquer dúvida; e quanto a ser-lhe exigível (na situação em análise), comportamento traduzido no dever de colaboração com entidades jurisdicionais, também não. Por um lado, porque nos termos da LOFAR (Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, art.ºs 46º e 47º), EPARAM (Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira - art.º 46º), Jurisprudência Constitucional e Doutrina, não lhe incumbe a prestação de contas pelo destino das verbas concedidas aos grupos e representações na Assembleia Legislativa Regional. Por outro, porque deputada que integre grupo parlamentar não é a beneficiária imediata da verba, não lhe cabendo conservar os documentos justificativos de despesa efetuada na atividade parlamentar, muito embora os deva transmitir às estruturas competentes do grupo do partido respetivo. Por outro, ainda, porque MARIA DO CARMO HOMEM COSTA DE ALMEIDA não lidou com o dinheiro atribuído, não fez pagamentos, nem assumiu responsabilidades pelos gastos assumidos pelo partido ou GP.



Tribunal de Contas

Secção Regional da Madeira

Gabinete da Juíza Conselheira

Posto isto, a conclusão a extrair é a de que não só não estavam à disposição da demandada os documentos solicitados, mas também que a obrigação de os apresentar não lhe incumbe, de modo que a MARIA DO CARMO HOMEM COSTA DE ALMEIDA não pode ser imputado incumprimento do dever de colaboração com o Tribunal.

Esta conclusão prejudica o conhecimento das demais questões levantadas neste processo.

Pelo exposto e sem necessidade de mais considerações **decido**:

1. Não aplicar a multa referida no artº 66º, 1, c) e 2 da LOPTC, a MARIA DO CARMO HOMEM COSTA DE ALMEIDA, por não se provar a sua autoria na infração que lhe foi atribuída.
2. Ordenar o arquivamento do processo.
3. Notifique MARIA DO CARMO HOMEM COSTA DE ALMEIDA.
4. Notifique o Exmo. Magistrado do Ministério Público.
5. Registe.

Funchal, 16 de Março de 2015

A Juíza Conselheira



Laura Tavares da Silva